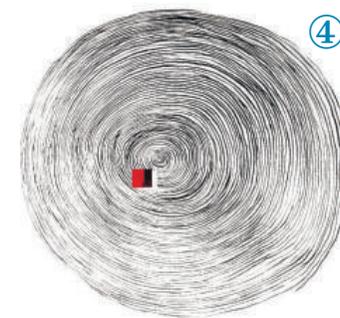


# CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



## AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

### ASSOCIADO CONVIDADO



POR

**Oscar Afonso**

Diretor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Vice-presidente da Direção da Associação Círculo de Estudos do Centralismo

*Descentralização: a chave para a coesão territorial*

O baixíssimo peso da nossa despesa pública local e regional (peso no PIB e peso na despesa pública total), a nível europeu, contribui para (e reflete) o baixo nível de vida e a desertificação das regiões mais pobres (Norte e Centro) e, sobretudo, nas sub-regiões do Interior, que os apoios europeus pouco mitigam.

Os dados da Comissão Europeia sobre os principais fundos europeus regionalizados de 1993 a 2020 mostram que o Norte foi a 2.<sup>a</sup> região da UE que mais verba recebeu (32,8 mil milhões de euros, só abaixo da Andaluzia), seguindo-se o Centro (22,3) na 4.<sup>a</sup> posição, Lisboa (12,5) na 19.<sup>a</sup> e Alentejo (10,8) na 27.<sup>a</sup>.

Contudo, o Norte e o Centro mantiveram-se como as regiões com menor PIB per capita em paridade de poder de compra (PPC): 85% da média nacional e 67% da média da UE, em 2022. Ao nível das sub-regiões (NUTS III), o Norte e, em menor grau, o Centro concentram as áreas mais pobres, como mostra a figura 1 (Portugal e Espanha). Confirma-se que a pobreza afeta sobretudo o Interior, incluindo ainda sub-regiões do Alentejo, Oeste e Vale do Tejo, num círculo vicioso que potencia a desertificação e se torna cada vez mais difícil de reverter.

Se os apoios da UE parecem elevados, o valor médio anual nacional até 2020 representa apenas 1,3% do PIB

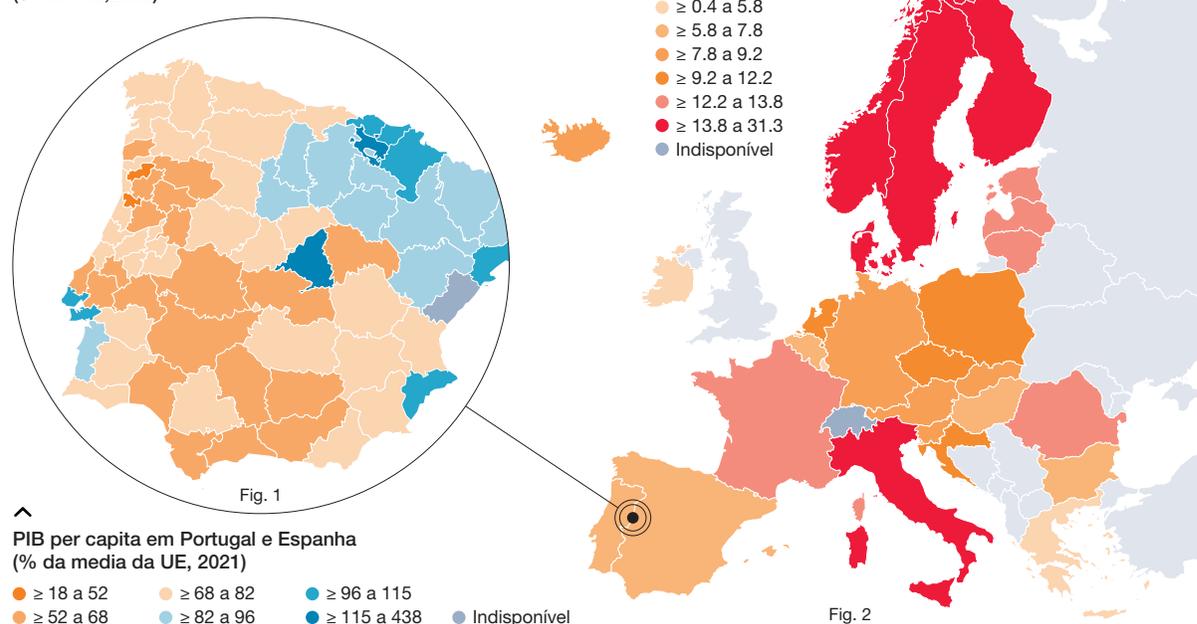
de 2023, cabendo ao Norte e Centro, em conjunto, apenas 60% dessa percentagem.

Mais relevante é o peso extremamente baixo da despesa pública local e regional – e concentrado no Litoral, sobretudo em Lisboa, pelo que a fatia do Interior será ínfima –, que em 2023 se situou em 6,5% do PIB (o mesmo valor de 2022) e 15,4% da despesa pública total, traduzindo, em ambos os casos, a 7.<sup>a</sup> pior posição na UE, onde as médias foram de 17,0% e 34,5% (já ajustadas para refletir também a despesa de nível estadual/intermédio da Alemanha, Áustria, Bélgica e Espanha – ver nota da figura 2). Estes dados, ilustrados pela figura 2 (UE), refletem valores e rankings similares do lado da receita local e regional, como esperado, revelando que Portugal é um país centralista e pouco desenvolvido dentro da UE e apontando para a necessidade de uma descentralização expressiva com a criação de regiões político-administrativas.

Para atingir a média da UE, Portugal terá de mais que duplicar o peso no PIB da despesa pública local e regional – focando-se nas sub-regiões mais pobres. Como se sabe, o princípio da subsidiariedade, que a teoria do federalismo fiscal também assume, diz que as funções devem ser atribuídas ao nível adequado mais baixo possível, salvo em casos de bons spillovers ou economias de escala. Isto exige o reforço da descentralização e projetos que criem massa crítica no Interior (universidades, indústria, etc.), o que será mais importante para a coesão nacional e nível de vida do que o atual pacote de apoios europeus, que aliás temos o dever de aproveitar melhor.

Defendo a criação de regiões administrativas, mas no atual quadro político há que aprofundar os processos em curso de descentralização de competências e meios para freguesias, municípios e CCDRs, avaliar se trazem benefícios semelhantes aos da regionalização e desenvolver soluções inovadoras que respondam às necessidades dos territórios. Num contexto político mais favorável, deverá ser ponderada a criação das regiões administrativas, que exigirá um amplo debate nacional conducente a uma proposta consensual. Até lá, é ainda crucial demonstrar capacidade de reformar o Estado, de modo a dissipar os receios relacionados com os custos do novo nível de administração, que contribuíram para a rejeição do referendo de 1998.

### Despesa pública local e regional nos países da UE (% do PIB, 2023)



Fonte: Eurostat. Nota: na figura 2 exclui-se o nível estadual/federal (ou quase), que só existe na Alemanha, Áustria, Bélgica e Espanha, caso contrário esses países teriam cores mais escuras, com realce para Espanha, que na figura aparece com a mesma cor de Portugal